

Superior Tribunal de Justiça

AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1473306 - DF (2019/0081902-3)

RELATORA : MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
AGRAVANTE : ALBERTO MERCADANTE NETO
AGRAVANTE : FELIPE CAVALCANTE SAMPAIO
AGRAVANTE : PAULO ROBERTO SAHAGOFF ABRAHAO
AGRAVANTE : JOSE MARCOS DA ROCHA BASTOS
AGRAVANTE : MARILENE MUNIZ CARNEIRO
AGRAVANTE : JOAQUIM LUCAS DE CASTRO
AGRAVANTE : LUCIANO ESTEVAM MAIA
AGRAVANTE : JOSE DAMIAO DE ALMEIDA JUNIOR
AGRAVANTE : YURI MOREIRA SOARES
AGRAVANTE : DANIEL MOSER QUEIROZ
AGRAVANTE : VLADIMIR MAGALHAES SEIXAS FILHO
AGRAVANTE : CLINICA DE ANESTESIA SANTA HELENA S/S LTDA
ADVOGADOS : JOÃO NORBERTO FARAGE - DF000985
JOÃO MARCOS DE WERNECK FARAGE - DF016034
AGRAVADO : REJANE PONTES ACHILLES
ADVOGADOS : GLADSTOM DE LIMA DONOLA - DF012329
JUACI MACEDO CORREA JÚNIOR - DF026126
AGRAVADO : GEORGE BARBOSA PESSOA
ADVOGADOS : ELIZAFIA DE SOUZA ALMEIDA E OUTRO(S) -
DF043194
VINICIUS TEIXEIRA PESSOA - DF044701

EMENTA

AGRAVO INTERNO. AGRADO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO A FUNDAMENTOS DA DECISÃO AGRAVADA. NÃO CONHECIMENTO. ART. 932, III, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL/2015. SÚMULA 182/STJ. APLICAÇÃO POR ANALOGIA. NÃO PROVIMENTO.

1. Nos termos do art. 932, III, do Código de Processo Civil/2015, não se conhece de agravo cujas razões não impugnam especificamente todos os fundamentos da decisão agravada. Aplicação, por analogia, do enunciado n. 182 da Súmula do STJ.
2. Em atenção ao princípio da dialeticidade, cumpre à parte recorrente o ônus de evidenciar, nas razões do agravo em recurso especial, o desacerto da decisão recorrida.
3. Agravo interno a que se nega provimento.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Quarta Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Luis Felipe Salomão, Raul Araújo, Antonio Carlos Ferreira e Marco Buzzi votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Marco Buzzi.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 25 de novembro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministra Maria Isabel Gallotti
Relatora